



Presidência da República
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -
1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2025
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 12 e 13 de junho de 2025

I. Abertura e boas-vindas

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2025, nos dias 12 e 13 de junho de 2025, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF. No dia 11 de junho de 2025, ocorreu uma atividade preparatória com a Sociedade Civil do Consea, no mesmo local. No dia 12, a abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, Kelli Mafort, neste ato representando o Secretário-Geral do Consea, Ministro Márcio Macêdo.
2. Participaram da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 representantes de 46 Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; de 6 Ministérios componentes do Consea; 13 Presidentes de Conseas Estaduais; além de 130 participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE Consea).
3. Essa Ata contém os seguintes Anexos: A: Memória da Reunião de Acolhimento e (In)Formação para conselheiras e conselheiros da sociedade civil; B: Pauta aprovada para a 1ª reunião plenária ordinária do mandato 2025-2027 e C: Textos base da mesa em que conjuntura política e social estamos?
4. A existência de quórum na Plenária foi verificada pela Secretaria-Executiva do Consea.
5. A Plenária aprovou a pauta e deu a continuidade à reunião.

II. Sessão de escolha da Presidência do Consea

6. No dia 11 de junho a Secretaria-Executiva do Consea realizou uma atividade de "Acolhimento e (In)Formação para conselheiras e conselheiros da sociedade civil". Durante a reunião, foram apresentadas as bases legais do funcionamento do Consea e de suas reuniões plenárias e os fluxos e procedimentos para

- manifestações e incidência do conselho. A memória da reunião pode ser consultada no Anexo A dessa ata.
7. Na mesma reunião do dia 11 de junho, a fim de explicar o processo de indicação da presidência do Consea, a Secretária-Executiva do Consea realizou uma leitura comentada da Resolução nº 03, de 30 de setembro de 2016, que trata do processo de escolha da Presidência do Conselho. Essa resolução determina que haja um momento prévio à plenária para informação das/dos conselheiras/os sobre o rito processual para a indicação da presidência do Conselho, bem como quais os requisitos necessários para a indicação e o processo de escolha. Findada essa explicação, a mesa foi desfeita e destinou-se tempo para a realização do “Diálogo autônomo da Sociedade Civil do Consea sobre a indicação da Presidência do Consea”, conforme previsto na programação.
 8. Ao final do dia 11 de junho, Conselheiras representantes da Sociedade Civil comunicaram à SE Consea o resultado do diálogo autônomo, informando que houve consenso para indicação por aclamação de um nome para a presidência do Consea, marcando o fim das atividades desse dia.
 9. Os trabalhos do Plenário do Consea, no **dia 12 de junho**, tiveram início com a Mesa 1 - Sessão de escolha da Presidência do Consea. A Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, Kelli Mafor, neste ato representando o Secretário-Geral do Consea, comunicou que havia recebido a devolutiva acerca do Diálogo autônomo da Sociedade Civil quanto à indicação da Presidência do Conselho e convidou a Conselheira Regina Nogueira (Kota Mulanji) para realizar a apresentação da escolha do coletivo das/os Conselheiras/os.
 10. A Conselheira Kota Mulanji comunicou que foi consensuada a indicação da Conselheira Elisabetta Recine para presidir o Consea no mandato 2025-2027. Na sequência, realizou a leitura do currículo da indicada. Houve a concordância e aclamação pelo Plenário do Consea quanto à indicação da Conselheira Elisabetta Recine como presidenta do Conselho.
 11. A Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, Kelli Mafor, convidou a Conselheira Elisabetta Recine, para fazer parte da mesa e fez neste momento a transmissão da função de presidência do Consea. Elisabetta Recine, presidenta do Consea, agradeceu à confiança e reforçou seu compromisso junto ao Consea e às agendas do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional. A Presidenta do Consea passou a compor a mesa e a conduzir essa Reunião Plenária.
 12. O Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan, Wellington Dias, destacou a importância simbólica de Elisabetta Recine e da liderança das mulheres no enfrentamento dos desafios atuais, reafirmando o compromisso do Presidente Lula com a erradicação da fome.
 13. O Ministro reafirmou o papel do Consea como espaço de participação social e declarou o combate à fome como prioridade nacional. Destacou a importância

de dados nacionais sobre segurança alimentar e nutricional no país, como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e a Pesquisa Nacional de Orçamento Familiar (POF). Ressaltou que em 2023 tivemos uma redução de 85% da insegurança alimentar severa, que havia aumentado durante a pandemia de Covid-19. Citou os impactos da crise climática e os riscos para a produção de alimentos, defendendo a transição agroecológica e o fortalecimento da agricultura familiar. Ressaltou o papel do Brasil em instâncias internacionais como o G20 e a COP30, e a importância da reconstrução coletiva do país após tragédias recentes, como as chuvas severas no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia. Concluiu reafirmando que a justiça social só é possível com participação ativa da sociedade civil.

III. O SISAN na esfera federal

14. A Mesa 2 - O SISAN na esfera federal: o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e os desafios para sua implementação, contou com uma explanação da Secretária-Extraordinária de Combate à Fome, do MDS, e Secretária-Executiva da Caisan, Luiza Trabuco, ressaltou que o Brasil vive um momento crucial para a consolidação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com a retomada da governança democrática, da intersetorialidade e da participação social. Nesse cenário, o III Plano Nacional de SAN (Plansan) surge como instrumento estratégico para enfrentar a fome, garantir alimentação saudável e as desigualdades estruturais, especialmente entre mulheres, populações negras, indígenas e comunidades tradicionais.
15. A Secretária-Executiva da Caisan pontuou que a atuação da Caisan tem sido central para os avanços na rearticulação institucional e na integração de políticas. Destacou que houve um aumento do número de municípios que aderiram ao Sisan, de 536 para 1.642. Ressaltou, no entanto, que esse nível de adesão municipal ainda se apresenta como um desafio de coordenação federativa para a implementação efetiva das políticas públicas.
16. Foi apresentado o processo metodológico para a elaboração do III Plansan, que teve como suporte a LOSAN, os I e II Plansan e as diretrizes da 6ª Conferência Nacional de SAN. Observando-se que a vigência do III Plansan é de 3 anos, com vistas a incidir no próximo Plano Plurianual – PPA. Explicou que o fluxo de construção do III Plansan evidencia uma estratégia intersetorial, que busca articular esse plano com outros planos, como o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Apresentou os anúncios e as estratégias intersetoriais. Encerrou com uma análise sobre os desafios para a implementação do III Plansan, que refletem a necessidade de: financiamento público, fortalecimento da gestão local, articulação entre os entes federados e participação ativa da sociedade civil.

IV. Participação Social e a construção do Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil - PAS Nordeste

17. Na sequência, o Secretário Nacional de Participação Social, da SG/PR, Renato Simões, conduziu a Mesa 3 - Participação Social e a construção do Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste - PAS Nordeste. Informou que nos 2 primeiros anos do atual governo foram recriados espaços de participação: quase 100 colegiados foram recompostos, houve a retomada das conferências nacionais, criou-se um PPA participativo e instituiu-se o Fórum Interconselhos e o Conselho de Participação Social. Afirmou que a participação social é uma estratégia de consolidação de políticas públicas. Fez referência a 3 portarias da SG que partem do pressuposto que todas as políticas públicas devem contemplar, na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação, processos de participação social e estratégia territorial.
18. O Secretário Nacional de Participação Social enfatizou a importância de amplificar a participação social nas políticas públicas federais, nos estados e nos territórios, tendo em vista que o pacto federativo tem se mostrado insuficiente para a implementação efetiva das políticas na ponta. Citou a perspectiva dos territórios de identidade e do PAS Nordeste. Reconhecendo a resiliência dos movimentos sociais no período de desmonte das políticas públicas entre 2016 e 2022, problematizou as limitações do pacto federativo e a necessidade de se discutir uma política para educação popular e para a participação social. Destacou positivamente a Portaria Interministerial nº 192, de 11 de março de 2025 entre a SG/PR e o Ministério da Educação que institui programa de extensão em participação social.
19. O último ponto abordado na Mesa 3 foi o Acordo de Cooperação Técnica -ACT, que está em elaboração, do PAS Nordeste, e que envolve o Consórcio Nordeste, a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – Senaes e a SG/PR. O PAS Nordeste buscará uma integração das políticas públicas com a participação social, tendo como eixo a produção e o consumo de alimentos saudáveis. Essa estratégia começará a ser executada em 80 territórios da região Nordeste.
20. Durante a discussão com as conselheiras e os conselheiros, os seguintes pontos foram abordados:
 - Importância da convergência entre políticas públicas para a superação da fome.
 - Sugestão de implementação de um Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis (PAS) na região Centro-Oeste, semelhante ao PAS Nordeste que foi apresentado.
 - A alimentação como forma de enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres.
 - Necessidade de políticas públicas que promovam o reconhecimento da dignidade humana e a valorização da vida.
 - Impactos negativos da atual matriz econômica brasileira na produção de alimentos.

- Críticas à formulação e implementação do PAS Nordeste na Bahia, pela ausência de participação do Consea estadual.
- Crítica à implementação do PAS Nordeste em municípios que não integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).
- Denúncias relacionadas com a população em situação de rua de Santa Catarina, incluindo a exclusão das pessoas do Programa Bolsa Família (PBF); abordagens violentas por parte de agentes da assistência social, da Polícia Militar e da guarda municipal; e graves violações de direitos humanos e da situação de fome enfrentada por essa população.

21. Em resposta aos apontamentos levantados pelas/os Conselheiras/os:

- Foi reconhecida a importância de debater a violência sofrida pela população em situação de rua.
- Foi informado que o Plansan contempla um conjunto de ações voltadas a esse público, como a articulação com o Plano Ruas Visíveis.
- Observou-se que a cultura da gestão pública ainda é compartimentalizada.
- Foi ressaltada a necessidade de aprimoramento do sistema de participação social do PAS Nordeste.
- Foi defendida uma revisão política na prática de construção das políticas públicas.
- Afirmou-se que o PAS Nordeste é uma estratégia que busca promover articulação intersetorial de políticas públicas com participação social nos territórios.
- Foi sugerido que os estados do PAS Nordeste adotem modelo de governança semelhante ao do governo federal, contemplando os conselhos estaduais, para fortalecer a integração de ações.

22. A Secretária-Executiva do Consea fez um informativo sobre uma Carta enviada pela Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE), contendo saudações aos novos conselheiros e às novas conselheiras Consea, e que esse documento estará disponível na Biblioteca de referência da 1ª reunião plenária ordinária do Conselho, sugerindo a leitura. Com isso, foi encerrada Sessão Plenária da manhã do dia 12 de junho.

V. Em que conjuntura política e social estamos?

23. No período da tarde, a Mesa 4 - Em que conjuntura política e social estamos? - contou com explanações de Nathalie Beghin, Co-diretora do Inesc e de Renato Maluf, ex-presidente do Consea e professor e pesquisador da UFRRJ e Rede PENSSAN
24. Os textos base dessas palestras constam no Anexo B da presente Ata. A primeira palestrante destacou que a fome é um fenômeno global diretamente relacionado às desigualdades socioeconômicas, agravadas pelo modelo agroindustrial, que promove a exclusão social e a disseminação de alimentos inadequados. Criticou a lógica capitalista que impulsiona a indústria de ultraprocessados, beneficiando economicamente os mais ricos em detrimento

da saúde da população e do meio ambiente. Ressaltou que, no Brasil, o agronegócio é o principal responsável pelas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). A palestrante defendeu que Consea incorpore pautas relacionadas aos cuidados, ao enfrentamento do racismo e do sexismo, e enfatizou a importância da mobilização de recursos, mesmo diante do discurso de escassez orçamentária. Apontou a tributação dos mais ricos e o combate à evasão fiscal como estratégias fundamentais para fortalecer o orçamento estatal. Sugeriu, também, a importância de incentivos estatais para a transição da matriz energética no contexto atual de mudança do clima, ao invés de subsidiar a indústria do petróleo. Enfatizou que a agenda tributária está intrinsecamente ligada à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e conclamou os movimentos sociais a apoiarem as propostas de taxação das grandes fortunas. Por fim, destacou o papel estratégico da Organização das Nações Unidas (ONU) na negociação dessa agenda e chamou atenção para a grave situação humanitária em Gaza.

25. Na sequência, o ex-presidente do Consea e professor e pesquisador da UFRJ e da Rede PENSSAN, Renato Maluf, analisou a fome no Brasil frente aos desafios da democracia brasileira, marcada por tensões autoritárias e pela ausência de uma direita democrática. Criticou a narrativa do descontrole fiscal e a falta de uma proposta transformadora clara por parte do governo. Defendeu o papel crítico e propositivo do Consea, destacando a alimentação como eixo de transformação social, especialmente para grupos vulnerabilizados. Reforçou a importância da interseccionalidade nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), da reativação da Caisan e do lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, e criticou a sua baixa implementação. Problematisou, ainda, como a fome é normalizada em sociedades desiguais como a brasileira, exemplificando com o genocídio do povo Yanomami, revelado em 2023. Alertou para a necessidade de inserir os sistemas alimentares na agenda da COP30 e reafirmou o papel do Consea na formulação de políticas públicas e na defesa da participação social.
26. Durante a discussão com as conselheiras e os conselheiros, os seguintes pontos foram abordados:
 - Necessidade de o Consea se envolver ativamente no debate e acompanhamento da execução orçamentária;
 - Proposta de criação de um painel para monitoramento orçamentário;
 - Reflexão sobre o papel do Consea na agenda tributária e sua atuação imediata nesse campo;
 - Defesa da alimentação de qualidade como um direito fundamental, vinculado à justiça social;
 - Afirmação de que políticas de reparação devem ser tratadas como obrigação do Estado, não como concessão;
 - Discussão sobre a inserção da nova gestão do Consea nas pautas orçamentárias e seus impactos nas ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

- Sugestão de fortalecimento da articulação com a Caisan para enfrentar restrições orçamentárias;
 - Análise da atual conjuntura política, marcada por tensões entre o Executivo e o Congresso;
 - Informação sobre a aprovação de projeto de lei na Comissão de Agricultura do Congresso que retira a dispensa de licitação para a implementação de cisternas;
 - Alerta sobre a resistência de setores políticos a programas realizados em parceria com a sociedade civil; e
27. Após as intervenções, a mesa foi desfeita e a Presidência do Consea orientou o Plenário quanto à destinação dos participantes para os respectivos Grupos de Trabalho (GTs), conforme previsto na programação.

VI. Cerimônia de Posse das (os) conselheiras (os) da sociedade civil e do governo

28. O último dia da 1ª Reunião Plenária Ordinária do Consea, **13 de junho**, registrou a “Cerimônia de Posse das (os) conselheiras (os) da sociedade civil e do governo”, com a participação do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário-Geral do Consea, Márcio Macêdo, e de autoridades convidadas. Essa cerimônia ocupou todo o período da manhã desse dia.
29. Durante a referida Cerimônia, a Conselheira Kota Mulanji presenteou o Ministro Márcio Macêdo com uma muda de Baobá, doada pela Conselheira Ieda Leal de Souza em nome do Movimento Negro Unificado – MNU, acompanhada de outros representantes da população negra e de povos e comunidades tradicionais. Foi informado que o MNU distribuirá duas mil mudas de Baobá pelo Brasil. A lenda dessa árvore foi compartilhada com o Plenário, demonstrando a grande simbologia cultural e espiritual de resistência do povo negro e comunidades tradicionais, conectada à ancestralidade africana, convidando os presentes a se enxergarem como plantas vivas, com suas missões e raízes, gesto que emocionou a todos. A Plenária do Consea aprovou um novo convite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para participação na 2ª Reunião Plenária Ordinária do Consea sugerindo que na ocasião ocorra o plantio do Baobá nos jardins do Palácio do Planalto a fim de simbolizar a resistência de sua trajetória política de resistência e realização e a fortaleza do seu governo na luta por um Brasil mais justo, solidário e sem fome.
30. Dentre as autoridades presentes, a Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Fernanda Pacobahyba, destacou a importância da construção coletiva para a alimentação escolar e o impacto positivo do diálogo entre o Consea e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no cotidiano das/dos estudantes. Já o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, Jorge Meza, saudou o novo mandato do Consea, ressaltando a importância da participação social e da diversidade do Conselho como referência internacional para o enfrentamento da fome, enfatizando a riqueza da articulação entre sociedade civil e governo.

31. O Ministro da SG/PR saudou as conselheiras e os conselheiros e em nome da Presidenta eleita, destacou a importância do Consea na luta contra a fome e na retomada democrática após um período autoritário que agravou a insegurança alimentar. Ressaltou o papel fundamental da agricultura familiar na redução da fome no Brasil e ampliação do acesso à alimentação saudável, fruto da atuação do Consea e da sociedade civil. Alertou para os desafios políticos e orçamentários atuais, a necessidade de manter a qualidade técnica e popular das propostas. Destacou a importância do SUAS nas ações de combate à fome, ressaltando que a capilaridade do sistema deve ser aproveitada para a implementação de políticas públicas. Conclamou a construção coletiva de uma agenda estratégica para enfrentar retrocessos e a ameaça da extrema-direita, encerrando com um chamado à coragem para defender a democracia e os direitos sociais. Com essa fala, foi encerrado o turno de trabalhos do Plenário do Consea.

VII. Sistematização dos grupos de trabalho

32. A “Sistematização dos grupos de trabalho e proposição dos temas prioritários para agenda do mandato 2025-2027” se deu em resposta ao conjunto de perguntas orientadoras dos Grupos de Trabalho ocorridos no dia anterior:
- Pergunta 1 - Considerando o que está proposto no III Plansan e a análise de conjuntura, como este conselho deve monitorar as políticas, programas e iniciativas deste Anúncio ao longo do Mandato 2025-2027?
 - Pergunta 2 - Quais temas, relacionados ao Anúncio, devem ser priorizados para debates ao longo do Mandato 2025-2027?
 - Pergunta 3 - Quais temas, relacionados ao Anúncio, devem ser priorizados nas plenárias do Consea em 2025?
33. **Grupo de Trabalho 1** - relato feito pela Conselheira Cristiane Julião, que informou que esse grupo debateu os Anúncios 1 e 8 do III Plansan. Sobre o Anúncio 1, a conselheira afirmou que os principais pontos discutidos foram como fortalecer o Sisan e garantir uma adesão efetiva e afetiva ao sistema, articulando experiências territoriais e estratégias federativas. Foi debatido também como é possível garantir pactuação e responsabilização efetiva, de todos os entes da Federação, mantendo a comunicação fluida dos conselhos, desde o local ao nacional. Outro ponto debatido foi quais mudanças são necessárias no marco regulatório do Sisan. Destacou-se que, de acordo com os resultados da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a questão do financiamento é um grande entrave para a efetivação do Sisan. Então, sobre os temas prioritários para as Plenárias, o grupo apontou: i) a questão do orçamento, do financiamento, de onde tirar, quem vai dar, como é que vai ser, articulações políticas que precisamos fazer, apoiadores e parcerias; ii) estrutura do Sisan, monitoramento, formação, adesão coletiva, quantitativa, poder dar suporte técnico e também financeiro para elaborar os próprios mapeamentos sobre o mapa da fome em cada território; e iii) a regulação do Sisan, qual será a constância de pactuação, as competências e responsabilidades, e a adesão de organizações com e sem fins lucrativos.

34. Sobre o Anúncio 8, relatou-se que foi debatida a importância do Consea ter um Grupo de Trabalho focado especificamente na Agenda Internacional. Os/as conselheiros/as concordaram que o Consea precisa atuar não só a partir da FAO, mas em outras conferências, tais como as conferências sobre mudança do clima, sobre diversidade biológica, sobre desertificação, sobre tratado internacional da propriedade intelectual, enfim, em todos os espaços que induzam uma conexão com a soberania e segurança alimentar e nutricional, no âmbito internacional. Foi lembrada a importância de trabalhar o monitoramento de acordos internacionais com impactos no direito humano à alimentação adequada, ressaltando que seja verificado como empresas multinacionais se instalam em territórios em que esse direito da população local acaba sendo afetado com a chegada daquela empresa. Levantou-se também a importância de monitorar como o DHAA vem sendo afetado em regiões fronteiriças e em regiões que recebem muitos imigrantes dos países do entorno (caso da comunidade venezuelana no Brasil, bem como de outros refugiados). Como encaminhamentos metodológicos, sugeriu-se que i) seja feito o monitoramento de acordos internacionais com impacto no DHAA; e que ii) seja criado um espaço específico de discussão no Consea para agenda internacional. Como demais encaminhamentos (temas prioritários a serem trabalhados nas plenárias), decidiu-se por 3 temas: i) uma definição de estratégia de cooperação internacional, incluindo ajuda humanitária em SAN; ii) Impactos de acordos internacionais e atuação de transnacionais nos territórios; e iii) Ação internacional do Brasil.
35. **Grupo de Trabalho 2** - relato feito pela Conselheira Jônia Rodrigues, que informou que, sobre a pergunta 1, o grupo enfatizou a necessidade de desenvolver uma metodologia de monitoramento das políticas públicas, com destaque para a identificação de situações de insegurança alimentar e a realização de missões de acompanhamento nos territórios. Essa metodologia deve envolver os conselhos estaduais e municipais, utilizar ferramentas como o Painel Brasil Sem Fome e articular ações com os estados e municípios. Também foi ressaltada a importância de integrar os comitês de monitoramento das CAISANs estaduais, utilizar espaços como o encontro da 6ª CNSAN +2 e envolver o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, cuja atuação no monitoramento de violações a direitos complementa o acompanhamento das políticas públicas. Entre os principais temas discutidos, no âmbito da pergunta 2, destacam-se: i) o monitoramento das ações do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; ii) os impactos da política econômica no direito humano à alimentação adequada; iii) o fortalecimento da intersetorialidade; iv) o financiamento do SISAN; v) o acompanhamento da situação alimentar de populações não cobertas por pesquisas domiciliares (como pessoas em situação de rua, privadas de liberdade, moradores de ocupações, povos indígenas em retomadas, entre outros); vi) a defesa da PEC 383/2017; vii) a valorização do salário mínimo e a indexação de benefícios; e, viii) a garantia de que os recursos do Fundo de Combate à Fome não sejam contabilizados para fins de meta fiscal;

ix) A questão alimentar e as mudanças climáticas também foram apontadas como temas urgentes, especialmente em razão da proximidade da COP 30; x) Direito à terra e ao território. Como temas prioritários para as plenárias, já na pergunta 3, o grupo indicou: i) monitoramento das ações do III Plansan; ii) a política econômica e seus efeitos sobre o direito à alimentação, incluindo os orçamentos das políticas públicas de SAN, o financiamento do SISAN, a questão tributária, a valorização do salário mínimo, o teto de gastos, os juros; e, iii) a relação entre alimentação e mudanças climáticas. Foi sugerida ainda a participação de autoridades como os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet nas discussões, dada a relevância dos temas abordados.

36. **Grupo de Trabalho 3** - relato feito pelo Conselheiro Élide Bonomo, que destacou que o grupo avaliou, sobre a pergunta 1, que o Consea deve adotar um modelo de monitoramento sistemático, participativo e comprometido com os direitos humanos. Esse acompanhamento deve considerar as metas e os indicadores previstos no III Plansan, combinando dados oficiais com informações da sociedade civil organizada. Pontuou também que é fundamental exigir da Caisan Nacional relatórios periódicos e realizar análises temáticas por eixo e programa. Problematicou que a posse segura da terra no meio rural continua sendo um desafio, devido a conflitos fundiários, ausência de regularização documental e carência de políticas públicas estruturantes, o que compromete tanto a produção da agricultura familiar, quanto a preservação ambiental. Soma-se a isso o avanço desregulado de tecnologias, como a pulverização aérea por drones, que tem gerado impactos negativos à saúde das populações e ao meio ambiente. Diante desse cenário, o Consea deve priorizar o monitoramento das políticas de acesso à terra. Destaca-se, nesse contexto, o Programa Prateleiras de Terra, apontado como um entrave à reforma agrária em razão da burocracia excessiva e da dificuldade de acesso ao crédito bancário, fatores que dificultam a democratização da terra e a promoção da produção de alimentos saudáveis. Com relação à pergunta 2, informou que os temas indicados foram: i) demarcação de terras indígenas e quilombolas, não apenas como reconhecimento de direitos, mas como medida essencial para a produção de alimentos e garantia da segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis; ii) reforma agrária com efetividade, com foco no acompanhamento das ações do MDA e do INCRA, visando à celeridade na distribuição de terras e à implementação de infraestrutura adequada, e revisão do Programa Prateleiras de Terra, considerando que sua burocracia atual representa um obstáculo à efetivação da reforma agrária; iii) Democratização do acesso a água de qualidade e em quantidade nas áreas urbanas e rurais; iv) Regularização fundiária e posse da terra com concomitante leitura desse conceito para os diferentes movimentos e segmentos sociais que lutam pela terra (ex: quebradeiras de coco); v) luta permanente contra a contaminação do ar, solo, água e alimentos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos; vi) Programa cisternas. Já sobre a pergunta 3, apresentou os seguintes temas: i) demarcação de terras indígenas e reconhecimento de áreas quilombolas, como medida para garantir território,

cultura e segurança alimentar; ii) avanço da reforma agrária, com garantia de infraestrutura e políticas públicas voltadas às populações do campo, das florestas e das águas; iii) acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, especialmente para populações rurais, tradicionais e assentadas, considerando os impactos ambientais e sociais gerados pelo agronegócio e pela contaminação dos recursos hídricos.

37. **Grupo de Trabalho 4** - relato feito pelo/a Conselheiro Glenn Makuta, do Slow Food Brasil. Informou que o Grupo teve os trabalhos afetados pelo atraso no início das atividades tanto pela dificuldade em chegar ao local designado – Auditório do GSI, quanto pela dificuldade de acesso aos equipamentos computacionais que estavam desligados e trancados. Além disso, em função de todos os conselheiros presentes no grupo serem novatos no Consea, optou-se por abordar o levantamento dos temas prioritários, conforme pergunta 2, que são: i) Criação da Comissão Permanente (CP) <colapso/crise/emergência/mudança> climática e sistemas alimentares, com discussão da denominação e objetivos, para ser um espaço de acúmulos técnico e político sobre a interface sistemas alimentares e clima, dada a complexidade e transversalidade do tema; ii) Monitoramento das políticas e ações do tema, incluindo a participação social na governança das políticas relacionadas ao clima, como mecanismos de ampliação do diálogo interconselhos; iii) Comunicação com a sociedade sobre a relação entre o clima e os sistemas alimentares em contexto de negacionismo científico e disputa de narrativas e de imaginários; iv) Importância do reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios tradicionais e indígenas como forma de enfrentamento ao racismo ambiental, respeitando os modos de vida de povos indígenas, PCTs, quilombolas e agricultores familiares, inclusive nos ambientes urbanos e periurbanos, contribuindo para mitigação da crise climática. Não aparece dentro desse Anúncio do Plansan, então há necessidade de explicitar como os diferentes Anúncios do Plano se relacionam; v) Políticas que reconheçam, valorizem e se valham de saberes, práticas e tecnologias agroecológicas; vi) Conflitos de interesse e falsas soluções do capitalismo verde como *greenwashing* e o papel do setor privado nas soluções reais; vii) Sistemas alimentares urbanos, desde a agricultura urbana e periurbana, passando por cozinhas solidárias, até a gestão de resíduos e de desperdícios, com integração entre tecnologias sociais e estratégias existentes para visibilizar, valorizar e reconhecer o papel dos espaços urbanos em relação ao clima; viii) Articulação com política de cuidados na proteção contra ultraprocessados e tendo a cozinha como espaço para preparo da alimentação adequada e saudável; ix) Fortalecimento da ATER para promoção da agroecologia, da agrosociobiodiversidade e das culturas alimentares, com proteção contra pacotes tecnológicos; e, x) Urgência do lançamento do Pronara.
38. **Grupo de Trabalho 5** - relato feito pela conselheira Leila Santana, que expôs em relação à pergunta 1, que o grupo compreendeu a importância de diversas estratégias de monitoramento, incluindo a necessidade de organizar a relação interfederativa no Sisan com monitoramento da execução territorializada, por

segmento social, incluindo as políticas que não apresentam sujeitos de forma explícita. Além disso, a importância de um monitoramento interconselhos (Consea, Condraf, CNAPO, CNES) sobre pautas comuns e sobre o Plansan. E, ainda, o monitoramento de instrumentos de incidência, como recomendações do Consea, em especial entre as plenárias. No que se refere à pergunta 2, foram citados: Orçamento Público; Política/Plano Nacional de Abastecimento articulada ao PAA e ao PNAE; Vigilância/Inclusão Sanitária; Monitoramento de Políticas Públicas e Programas; Agricultura Urbana; Impactos da Transição Energética na SAN; Plano Safra; Terra e Território; Cultura Alimentar; Clima. Por fim, em relação à pergunta 3, indicou os seguintes temas: Orçamento Público; Política/Plano Nacional de Abastecimento; Vigilância/Inclusão Sanitária.

39. **Grupo de Trabalho 6** - relato feito pela Conselheira Inês Rugani que comunicou que o grupo entendeu como anúncio central a meta de reduzir todas as formas de má nutrição no Brasil por meio da promoção de uma alimentação adequada e saudável para toda a população. Sobre a pergunta 1, as discussões se concentraram em três eixos principais: i) continuidade da prática de convidar gestores de políticas públicas ao Consea para relatar a execução orçamentária; ii) monitoramento contínuo pela sociedade civil e pelo governo; e, iii) a criação de mecanismos permanentes de monitoramento das metas do plano, como um painel de acompanhamento. Foram definidos sete pontos prioritários, em resposta à pergunta 2: i) reforma tributária e preço dos alimentos; ii) agenda regulatória abrangente, incluindo inclusão produtiva, publicidade de alimentos (RDC 24/2010), rotulagem nutricional, regulação de produtos *plant-based*, aditivos e edulcorantes, e marketing digital de substitutos do leite materno; iii) conflitos de interesse nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e na composição do Consea; iv) promoção da amamentação e alimentação complementar saudável, com enfoque intersetorial; v) construção do marco de referência de cultura alimentar para políticas públicas; vi) monitoramento da execução orçamentária das ações relacionadas; e vii) acompanhamento da implementação de políticas de alimentação e nutrição, como PNAE, PNAN e PAT. A temática dos ambientes alimentares foi identificada como transversal a todos os pontos. Por fim, três temas prioritários para as plenárias, da pergunta 3: i) reforma tributária e preço dos alimentos; ii) conflitos de interesse nas políticas de SAN; e, iii) a relação entre sistemas alimentares e clima, com destaque para a COP 30 como oportunidade estratégica de debate.
40. **Grupo de Trabalho 7** - relato feito pela Conselheira Kota Mulanji, que reafirmou a importância da manutenção das Comissões Permanentes (CPs) específicas para população negra, para povos indígenas e para povos e comunidades tradicionais. Destacou que as questões raciais, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) devem ser tratadas de forma transversal em todas as instâncias do Consea, sugerindo, inclusive, a realização de um curso de letramento racial como estratégia de qualificação interna. Em resposta à pergunta 1, apresentou quatro estratégias principais: i) a construção de uma matriz lógica para a execução das políticas; ii) a realização de monitoramento *in*

loco; iii) o fortalecimento da Caisan como principal órgão interlocutor, com definição de prazos para retorno; iv) e a retomada das mesas de controvérsias e dos seminários temáticos. Em relação à pergunta 2, indicou os itens 7.4, 7.6, 7.7, 7.11, 7.14, 7.23, 7.56, 7.58 e 7.61 do Plansan como prioritários. Já na pergunta 3, apontou os seguintes temas como prioritários: i) agricultura, abastecimento e consumo; ii) instrumentos de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN); e iii) os saberes e conhecimentos tradicionais no enfrentamento à crise ambiental. Por fim, propôs a realização de um seminário que articule os temas do racismo e reparação, fome, soberania alimentar e desenvolvimento.

41. **Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais – CPCE** - O relato foi feito por Norma Alberto, Presidenta do Consea Piauí. A Presidente do Consea PI parabenizou pela realização desta plenária, que se mostrou não apenas um espaço de articulação, mas também de formação, especialmente pela riqueza dos temas abordados e pela qualidade do diálogo entre os diversos atores do SISAN. Agradeceu pela oportunidade de participação da CPCE neste conselho, reconhecendo que os anúncios apresentados evidenciam tanto a magnitude do III Plansan, quanto os desafios para o poder público e para o próprio Consea em seu monitoramento. Registrou a importância da ativação do Grupo de Trabalho de Culturas Alimentares no Consea Nacional, como demanda do Consea Piauí, visando à elaboração de um marco referencial que proteja e valorize essas culturas como base para políticas públicas de alimentação e nutrição.
42. Na sequência, foi aberto diálogo com a Plenária, no qual os pontos abordados pelos grupos de trabalho foram:
- ✓ **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar**
 - Questionamento sobre quais formas de agricultura urbana estão sendo reconhecidas social e institucionalmente.
 - Convite para o 2º Encontro de Agricultura Urbana, em agosto, em Recife.
 - Proposta de seminário sobre agricultura urbana e periurbana, com foco em pesquisadores negros e indígenas.
 - Destaque para a importância da Rede PENSSAN e da produção de dados sobre povos indígenas.
 - ✓ **Fortalecimento Institucional e Governança**
 - Necessidade de fortalecer os Conseas estaduais e as Caisans, com base legal.
 - Proposta de construção de uma base sólida da sociedade civil nos conselhos.
 - Sugestão de documento norteador para orientar a atuação dos Conseas.
 - Reflexão sobre a importância de um trabalho coletivo de incidência estratégica, para além das plenárias.
 - ✓ **Orçamento, Monitoramento e Políticas Públicas**
 - Proposta de monitoramento do Programa Cisternas via SigCisternas.
 - Alerta sobre tentativas da extrema direita de derrubar a dispensa de licitação, ameaçando a execução por entidades comprometidas.
 - Preocupação com a plataforma “Contrata Mais Brasil” e a falta de acesso da sociedade civil ao debate.

- Solicitação de informações atualizadas sobre a possível criação de nova plataforma de aquisição de alimentos.
- Pedido de informações sobre o PAA Compra Institucional.
- ✓ **Crise Climática, Mineração e Territórios**
- Alerta sobre os impactos da mineração na SAN, com exemplos de Brumadinho e Mariana.
- Relação entre mineração, clima e sistemas alimentares.
- Defesa do conhecimento tradicional e da agricultura como solução para a crise climática.
- A floresta como resultado de manejo tradicional.
- Proposta de criação de grupo para monitorar empreendimentos nos territórios.
- ✓ **Direitos Humanos, Povos Tradicionais e Amamentação**
- Reconhecimento da exclusão sanitária de PCTs, agricultura familiar e economia solidária.
- Denúncia dos impactos dessa exclusão no acesso a programas de compras públicas.
- Defesa da amamentação como ato de vida, trabalho e educação.
- Pedido de manifestação do Consea contra o “PL da Devastação”.
- Reivindicação de empoderamento das mães frente à indústria.
- ✓ **Territórios Tradicionais e Reforma Agrária**
- Relato das Quebradeiras de Coco Babaçu sobre a luta pelo acesso livre ao território desde 1991.
- Existência de leis municipais e estaduais que garantem esse direito, mas com desafios frente à Lei de Terras de 1969.
- Incidência nas pré-COPs para elaboração de carta e decreto sobre o tema.
- Apoio à reforma agrária para todos os grupos.
- ✓ **Agrotóxicos e Saúde**
- Críticas ao uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde pública.
- Ceticismo quanto ao lançamento do Pronara.
- Sugestão de diálogo com instituições como a Ação Permanente pela Vida.
- Necessidade de repensar os modos de produção baseados no agronegócio e na mineração.
- ✓ **Comunicação e Narrativas**
- Alerta sobre o uso articulado da mídia para propagar narrativas de mau uso das políticas públicas.
- Necessidade de contraposição à narrativa que favorece alimentos ultraprocessados.
- ✓ **Formação, Cultura Alimentar e Participação**
- Reconhecimento da plenária como espaço formativo.
- Reafirmação da demanda pela reativação do GT de Cultura Alimentar.
- Proposta de seminário sobre racismo, reparação, fome, soberania alimentar e desenvolvimento.

- Destaque para o letramento racial e a importância de reconhecer povos como sujeitos coletivos, não apenas segmentos.
- ✓ **Agenda Internacional e Incidência Política**
- Referência à Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU e ao uso de suas recomendações para monitoramento de políticas.
- Importância de o Consea se posicionar sobre temas internacionais, como a situação em Gaza.

43. Em seguida, a Presidência do Consea comunicou ao Plenário que seria realizada a apreciação e aprovação de documentos e manifestações do Conselho.

VIII. Sessão Deliberativa:

- Calendário Anual do Consea 2025: apresentada proposta de realização de Reuniões Plenárias Ordinárias presenciais nos meses de agosto, outubro e dezembro, a qual foi aprovada por unanimidade.
- Resolução nº 01/2025 sobre Chamada de Membros Observadores do Consea: foi realizada a leitura da minuta de texto. O Plenário sugeriu ajuste na redação sobre povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, incluindo o termo “todos” os povos e comunidades tradicionais. Debateu-se sobre o desligamento de organizações por conflito de interesses posteriormente à homologação como observadores, caso a organização incorra em prática que configure conflito de interesses. O ajuste de redação foi acatado e sobre a questão de conflito de interesses foi destacado que esse ponto demanda monitoramento constante por parte do Consea. Na sequência, dois cenários foram colocados em votação: cenário 1: escolha dos Observadores na Plenária de agosto, demandando que o grupo de sistematização dos trabalhos homologue as inscrições; e cenário 2: escolha dos Observadores na Plenária de outubro, sendo a Mesa Diretiva, definida em agosto, a responsável pela homologação das inscrições. O resultado da votação foi: 14 votos para o cenário 1 e 17 votos para o cenário 2. Sendo assim, o texto da resolução foi aprovado, e a homologação das inscrições para Membros Observadores deverá ser feita pela Mesa diretiva a ser definida na plenária de agosto. Ressaltou-se que a escolha dos observadores pode ser feita de maneira assíncrona entre as plenárias de agosto e outubro, caso o plenário assim o decida, a fim de propiciar a participação dos observadores na reunião plenária prevista para outubro.
- Nota Pública sobre a situação em Gaza, Palestina: realizada a leitura do texto, que foi aprovado por unanimidade.

IX. Informes Finais:

- A SE-Consea iniciou um processo de acompanhamento da pauta legislativa, que permitirá ao Consea uma incidência mais ágil.

- Breve apresentação sobre o painel Brasil Sem Fome, que está disponível na plataforma Brasil Participativo, realizada por Carla Bezerra, Diretora da Secretaria Nacional de Participação Social.
- Informou-se que o canal de comunicação da SE Consea com os/as Conselheiros/as é o e-mail: seconsea@presidencia.gov.br.
- O convite para a próxima Reunião Plenária será enviado com um mês de antecedência, com vistas à aquisição de passagens aéreas com valores mais razoáveis e visando garantir a economia de recursos para garantir a realização de outras três Reuniões Plenárias de modo presencial.
- Importância da prestação de contas da presente viagem para viabilizar a participação nas próximas reuniões.

X. Aprovação da Ata

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na 2ª Reunião Plenária Ordinária em: 06 de agosto de 2025. Encerrada a 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 e eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A: MEMÓRIA DA REUNIÃO DE ACOLHIMENTO E (IN)FORMAÇÃO PARA CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL



Presidência da República
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- Memória de Reunião – Reunião de Acolhimento e (In)Formação para conselheiras e conselheiros da sociedade civil Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Brasília, DF, 11 de junho de 2025

1. O “Acolhimento e (In)Formação para conselheiras e conselheiros da sociedade civil”, foi uma atividade organizada pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea no dia 11 de junho, que antecedeu a realização da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2025. Essa atividade foi iniciada com a apresentação das instituições que compõem o Consea, conforme o Decreto de 21 de maio de 2025, agrupadas de acordo com o segmento para o qual foram selecionadas no âmbito dos Editais nº 01/2024 e nº01/2025. As/os Conselheiros/as presentes nesse momento se levantaram e cumprimentaram o Plenário, de modo a gerar um reconhecimento coletivo.
2. A Secretária-Executiva do Consea, Marília Leão, explanou sobre a trajetória do Consea, sua organização, composição, atuação e formas de manifestação. Foram apresentadas as bases legais do funcionamento do Consea e de suas reuniões plenárias, bem como os deveres de conselheiras/os. Além disso, foram divulgadas publicações institucionais do Consea, que são de interesse das/os Conselheiras/os e de toda a sociedade e que podem ser acessadas no site do Consea.
3. A Coordenadora-Geral do Consea, Elaine Pasquim, explicou às/aos conselheiras/os os fluxos e procedimentos para manifestações e incidência do Consea. Apresentou também o que são as Recomendações, como são elaboradas, seu formato, o processo de revisão técnica e publicação. Por fim, mostrou o novo modelo de Ata por meio do qual a Secretaria-Executiva do Consea – SE Consea passará a registrar as discussões e os encaminhamentos das Reuniões Plenárias. Destacou que o novo procedimento visa tornar mais ágil a confecção, aprovação e publicização das Atas do Consea.
4. A Assessora Administrativa do Consea, July Ayala, detalhou como é realizado o processo de emissão de passagens e pagamento de diárias. Para tanto, ressaltou a importância do envio dos dados necessários e cumprimento dos prazos. Houve destaque para a importância da prestação de contas de cada Conselheira/o e das sanções que podem ocorrer no caso de pendência. Uma das consequências é a

- inviabilidade de realização novo processo de viagem no âmbito da Administração Pública, o que impacta na participação das atividades do Consea.
5. Ao final do momento informativo, toda a equipe da SE Consea presente no local foi convidada a se direcionar para a frente do Auditório e cada componente da equipe fez uma breve apresentação de si.
 6. O período da tarde, do dia 11 de junho, começou com uma explanação sobre “A composição do mandato 2025-2027 do Consea”. Foi apresentado o processo de construção, bem como a execução dos Editais de Seleção nº 01/2024 e nº 01/2025, por meio dos quais foram selecionadas as 48 organizações da sociedade civil que compõem o Consea no mandato 2025-2027. As principais informações sobre esses editais foram:
 - Edital nº 01/2024: ofertou 48 vagas, para as quais recebeu 99 inscrições. Dentre as inscritas, 67 participaram das Sessões Plenárias entre Pares, tendo ao final 41 organizações selecionadas.
 - Edital nº 01/2025: ofertou 7 vagas, para as quais recebeu 29 inscrições. Dentre as inscritas, 14 participaram das Sessões Plenárias entre Pares, tendo ao final 7 organizações selecionadas.
 - 40% das organizações são novas no Consea.
 - 68% dos/as conselheiros/as são novos/as no Consea.
 - 86% das organizações informaram possuir abrangência nacional, enquanto 10% abrangem povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, 2% possuem abrangência por bioma e os outros 2% possuem escopo internacional.
 - Com relação à posição geográfica da sede das organizações, observou-se que 42% são da região sudeste, 33% da região centro-oeste, 10% da região nordeste, 8% da região sul e 6% da região norte.
 - Avaliou-se que a experiência dos editais promoveu renovação e diversidade na composição da sociedade civil do Consea.
 7. Para conduzir o “Informativo sobre a indicação da Presidência do Consea”, a Secretária-Executiva do Consea realizou uma leitura comentada da Resolução nº 03, de 30 de setembro de 2016, que trata da Presidência do Conselho. Foram destacadas as principais etapas do processo de indicação à Presidência: definição do perfil da candidatura, possibilidade de indicação por consenso ou aclamação, apresentação das candidaturas, apreciação, indicação formal e, se necessário, votação nominal aberta. Comunicou que o Consea estabeleceu diretrizes para garantir transparência e legitimidade na condução das escolhas e decisões coletivas.
 8. Finda essa explicação, a mesa foi desfeita e destinou-se tempo para a realização do “Diálogo autônomo da Sociedade Civil do Consea sobre a indicação da Presidência do Consea”, conforme previsto na programação.
 9. Às 18 horas do dia 11 de junho, as Conselheiras representantes da Sociedade Civil comunicaram à SE Consea o resultado do diálogo autônomo, informando que houve o consenso para indicação por aclamação de um nome para a presidência do Consea, marcando o fim das atividades desse dia.

Anexo B: PAUTA APROVADA PARA A 1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027

1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027

DATA: 11 a 13/06/2025

LOCAL: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto

PAUTA APROVADA

Dia 11/06/2025 – 09h00 às 10h00: Credenciamento e acolhimento

Dia 11/06/2025 – Reunião (In)Formativa com conselheiras/os da Sociedade Civil

1. 10h00 às 12h30: Acolhimento e (In)Formação para conselheiras e conselheiros da sociedade civil:

- 1.1. Acolhimento: dinâmica de apresentação entre os pares da Sociedade Civil (60 min)
- 1.2. Conheça o Consea: história, organização e funcionamento (30 min)
- 1.3. Reuniões plenárias: fluxos e procedimentos para manifestações e incidência do Consea (15 min)
- 1.4. Como participar: passagens e diárias, prestação de contas (15min)
- 1.5. Apresentação da equipe da SE Consea (10min)

Diálogo entre subtemas com a plenária: 20 min

12h30 – 14h00: Almoço

2. 14h00 às 14h40: A composição do mandato 2025-2027 do Consea (20 min)

Diálogo com a plenária (20 min)

3. 14h40 às 15h20: Informativo sobre a indicação da Presidência do Consea (20 min)

Diálogo com a plenária (20 min)

- 3.1. Orientações para o diálogo autônomo da sociedade civil (10 min)

15h30 às 16h00: Pausa para o café ☕

4. 16h00 às 19h00: Diálogo autônomo da Sociedade Civil do Consea sobre a indicação da Presidência do Consea

5. 19h00: Devolutiva para a Secretaria-Executiva do Consea

Dia 12/06/2025 – 1ª Reunião Plenária Ordinária:

1. **9h00 - 10h00: Sessão de escolha da Presidência do Consea**
2. **10h00 - 11h00: O SISAN na esfera federal:** o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/ MDS) e os desafios para sua implementação. (30 min)

Diálogo com a plenária (30 min)

3. **11h00 - 11h15: Orientações sobre as reuniões dos Grupos de Trabalho e CPCE:** apresentação do roteiro e metodologia de trabalho (apresentar mapa de salas) (15 min)
4. **11h15 - 13h00: Grupos de Trabalho** (Roteiro com temas discussão sobre temas prioritários considerando: conjuntura, balanço do mandato anterior, principais atualizações desde dezembro de 2024, prioridades para 2025 e 2026).
5. **11h15 - 13h00: Reunião da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais** (definição da coordenação da comissão e prioridades para 2025 e 2026)

13h00 – 14h00: Almoço

6. **14h00 - 15h30: Em que conjuntura política e social estamos?**

- A fome global e os espaços de participação social – Nathalie Beghin – Colegiado de Gestão do Inesc (30 min)

- A fome no Brasil, histórico da participação social, o papel do Consea e perspectivas futuras – Renato Maluf – ex-presidente do Consea e professor e pesquisador da UFRRJ e Rede PENSSAN (30 min)

Diálogo com a plenária (30 min)

7. **15h30 - 19h00: Grupos de Trabalho** (Roteiro com temas discussão sobre temas prioritários considerando: conjuntura, balanço do mandato anterior, principais atualizações desde dezembro de 2024, prioridades para 2025 e 2026).
8. **15h30 - 19h00: Reunião da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais** (definição da coordenação da comissão e prioridades para 2025 e 2026)

Dia 13/06/2025 – 1ª Reunião Plenária Ordinária: Cerimônia de Posse

1. **09h00 - 12h00: Cerimônia de Posse das (os) conselheiras (os) da sociedade civil e do governo com a presença Ministro Márcio Macêdo e autoridades convidadas.**

12h00 – 13h30: Almoço

2. **13h30 - 16h30: Sistematização dos grupos de trabalho e proposição dos temas prioritários para agenda do mandato 2025-2027 e organização das Comissões Permanentes**
3. **16h30 – 17h30: Sessão Deliberativa: apreciação e aprovações pelo Plenário do Consea:**
 - 3.1. Calendário de plenárias 2025
 - 3.2. Resolução nº 01/2025 para Chamada de Membros Observadores do Consea
 - 3.3. Nota pública sobre situação em Gaza, Palestina.
4. **17h30: Informes finais (10 min)**

17h40 – Encerramento

ANEXO C: TEXTOS BASE DA MESA EM QUE CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL ESTAMOS?

C.1- A fome global e os espaços de participação social, por Nathalie Beghin.

A agenda da alimentação e nutrição no mundo

A fome como arma de guerra

Notas para a intervenção na Plenária do Consea

Nathalie Beghin, Co-diretora do Inesc.

Brasília, 12 de junho de 2025.

Introdução

O mundo, e particularmente os países em desenvolvimento, continuam a sofrer as consequências dramáticas de **crises multissistêmicas** (econômicas, sociais, climáticas, energéticas e sanitárias) que aumentaram a pobreza, a fome, a desnutrição e as desigualdades. Esses desafios não apenas aprofundam as disparidades existentes, mas também enfraquecem a capacidade das nações de financiar a realização progressiva dos direitos humanos, enfrentar a crise climática e melhorar os padrões de vida da população mais vulnerável.

Além disso, as instituições e os **países que centralizam o poder** impõem uma **arquitetura financeira internacional** que restringe de forma desigual a capacidade dos países em desenvolvimento de mobilizar recursos e limita suas condições de enfrentar os desafios globais atuais.

Como se não bastasse, em todo o mundo, tanto no Norte como no Sul Global, crescem as **extremas direitas** com suas agendas anti-Estado, anti-direitos e anti-sociedade civil organizada, o que certamente irá contribuir para agravar a insegurança alimentar e nutricional.

Contudo, parece que movimentos **contra-hegemônicos** emergem com o crescimento de blocos de países do Sul Global como é o caso da União Africana e dos BRICS+ que vêm assumindo como prioritária a agenda de combate à fome.

Assim, irei estruturar minha intervenção em 5 pontos:

- I – O panorama da insegurança alimentar e nutricional no mundo;
- II – O aumento das desigualdades como fator de agravamento;
- III – A fome e a má alimentação são fenômenos internacionais, estruturais e de longo prazo.
- IV – As soluções são conhecidas.
- V – A necessária mobilização de recursos públicos para enfrentar este problema.

1. O panorama da fome e da alimentação inadequada no mundo

A violação sistemática do direito à alimentação é uma realidade inadmissível, em um planeta que produz mais do que o necessário para alimentar toda sua população.

Dados oficiais revelam que a proporção da população mundial que enfrenta a **fome** persistiu em níveis semelhantes nos últimos anos, cerca de **9% da população global**. De acordo com a FAO, isso correspondia a aproximadamente **735 milhões de pessoas subnutridas em 2022**. E mais: cerca de **2,3 bilhões de pessoas** são afetadas por insegurança alimentar moderada ou grave.

Por outro lado, cerca de **3 bilhões de pessoas estão acima do peso**, incluindo aproximadamente **1 bilhão de pessoas que vivem com obesidade**, uma proporção próxima de 40% em todo o mundo e esse número deve crescer nos próximos anos.

Assim, cerca da **metade da população do planeta** enfrenta as consequências de uma alimentação inadequada e pouco saudável, que resulta em adoecimento e morte.

E mais: os problemas da alimentação inadequada, quer seja pela insuficiência ou pela má qualidade, estão **distribuídos de forma desigual**. Em razão do classismo, do racismo e do patriarcado as pessoas mais afetadas são as empobrecidas, as mulheres e as racializadas.

Essa distribuição desigual da fome, da desnutrição, do sobrepeso e da obesidade está enraizada nas desigualdades, e as desigualdades estão aumentando.

2. O aumento das desigualdades como fator de agravamento

O último Relatório sobre a Desigualdade Mundial revela que os 10% mais ricos da população global detêm atualmente 52% da **renda** global, enquanto a metade mais pobre da população ganha apenas 8,5% dela.

As desigualdades de **riqueza** global são ainda mais pronunciadas do que as desigualdades de renda. A metade mais pobre da população global quase não possui riqueza, detendo apenas 2% do total. Em contrapartida, os 10% mais ricos da população global detêm 76% de toda a riqueza.

E essas desigualdades têm aumentado em quase todos os lugares desde a década de 1980, após uma série de programas de desregulamentação, liberalização bem como medidas de austeridade que assumiram diferentes formas em diferentes países.

De acordo com o último relatório da Oxfam, a riqueza dos bilionários aumentou **três vezes mais rápido** em 2024 do que em 2023: em 2024, a riqueza total dos bilionários aumentou em **US\$ 2 trilhões** (equivalente ao PIB do Brasil), com a criação de 204 novos bilionários. Isso representa uma média de **quase quatro novos bilionários por semana**.

As desigualdades e a insegurança alimentar e nutricional são agravadas em decorrência das **mudanças climáticas**, pois são as pessoas empobrecidas localizadas no Sul Global as mais afetadas por fenômenos climáticos extremos como secas e enchentes.

O poder crescente nas mãos de poucos acaba **capturando o espaço público e o processo de tomada de decisão**. Indivíduos ultrarricos, suas corporações e suas organizações estão moldando indevidamente as instituições, políticas e normas que governam o planeta.

Assim, a situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo não é resultado da falta de alimentos ou do acaso. É produto de decisões políticas.

3. A fome e a má alimentação são fenômenos internacionais, estruturais e de longo prazo

O modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos no mundo está fazendo mal à saúde das pessoas e do planeta.

A agropecuária industrial controlada por poucas empresas transnacionais

- 1) é responsável por boa parte da água extraída da natureza,
- 2) causa enorme perda da biodiversidade,
- 3) contamina os recursos naturais,
- 4) gera emissões de gases de efeito estufa,
- 5) adoce a população por meio de agrotóxico, transgênicos e produtos ultraprocessados, e,
- 6) expulsa camponeses, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais de suas terras e territórios engrossando as periferias empobrecidas das grandes cidades.

A lógica capitalista que subjuga a maioria em favor da minoria tomou conta também da nossa alimentação cotidiana. A correria do dia a dia, entre o trabalho e as longas horas no transporte público, associada à persistência de uma sociedade patriarcal e machista, na qual principalmente as mulheres são as responsáveis pelos cuidados domésticos, foram contribuindo para diminuir, cada vez mais, o tempo dedicado à compra de alimentos e ao preparo das refeições. Aos poucos, produtos ultraprocessados, de preparo rápido, foram ganhando terreno – o capitalismo encontrou uma nova fronteira para sua expansão.

Isso é possível em grande medida porque a indústria de alimentos captura os poderes públicos para defender seus interesses:

- Barram processos regulatórios da produção ao consumo (agrotóxicos, leis ambientais, rotulagem, propaganda etc.).
- Se beneficiam de amplos incentivos fiscais.

Esses setores empresariais também se apropriam do **imaginário das pessoas** por meio de diferentes estratégias publicitárias como, por exemplo, financiando campanhas, eventos e pesquisas, contratando influenciadores para divulgarem suas mensagens ou, ainda, distribuindo amostras grátis de seus produtos.

O fato é que o mundo atingiu uma relação insustentável entre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos.

4. As soluções são conhecidas

A boa notícia é que sabemos como fazer para enfrentar esta questão. Experiências como a brasileira nos oferecem boas pistas.

Assim, o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional requer **quatro ingredientes** principais:

- 1) um **Estado forte** capaz de regular o mercado (i.e, rotulando os produtos, controlando a publicidade, taxando os ultraprocessados, desonerando alimentos saudáveis, elaborando medidas que combatam conflitos de interesse) e de implementar políticas públicas efetivas de segurança alimentar e nutricional, incluindo políticas de combate ao racismo e ao patriarcado, mitigação e adaptação às mudanças do clima assim como de cuidados (as agendas feministas e antirracistas, de clima e de cuidados são essenciais para a conquista da segurança alimentar e nutricional);
- 2) um **modelo de gestão intersetorial e multidisciplinar**;
- 3) a **participação da sociedade civil** de modo a trazer as vozes daquelas pessoas, comunidades e povos que são os mais impactados com uma alimentação inadequada;
- 4) a **decolonização da cooperação Norte-Sul e a promoção da Cooperação Sul-Sul**, pois a solidariedade internacional – horizontal, inclusiva e participativa – é fundamental para a promoção da segurança alimentar e nutricional em todo o mundo.

Mas, esse desenho para ser efetivo requer expressivos recursos públicos, pois sem recursos não há direitos. Nos fazem crer que eles são escassos, que o cobertor é curto, que não se pode gastar mais do que se arrecada. Isso não é verdade, os recursos existem, mas precisam ser mobilizados.

5. A necessária mobilização de recursos públicos

A tributação é uma ferramenta eficaz para angariar novos recursos públicos e, ao mesmo tempo, combater a desigualdade e promover a estabilidade democrática.

Anualmente, bilhões de dólares não são arrecados pelos Estados em decorrência de poderosos mecanismos de blindagem contra o fisco que as elites e suas instituições implementam (exemplo do Brasil com a isenção de lucros e dividendos).

Exemplos de mecanismos a serem implementados para combater a drenagem de recursos públicos:

Tributação dos super-ricos

Estudos existentes comprovam que os super-ricos não pagam sua parte justa de impostos.

Estimativas realizadas por organizações como a Tax Justice Network mostram que tributando a riqueza de apenas 0,5% das famílias mais ricas de todos os países com alíquotas progressivas de 1,7% a 3,5% é possível mobilizar até **US\$ 2,1 trilhões** por ano globalmente.

Combate ao abuso fiscal

As pessoas muito ricas e as grandes empresas implementam sofisticados mecanismos, lícitos e ilícitos, de evasão e elisão fiscal. O último relatório da Tax Justice Network afirma que os países estão perdendo **US\$ 492 bilhões** em impostos por ano devido ao abuso fiscal global (sendo US\$ 348 bilhões devido ao abuso fiscal corporativo por parte das

multinacionais e US\$ 145 bilhões devido ao abuso fiscal offshore por parte de indivíduos ricos).

Eliminar gradualmente os incentivos fiscais ineficazes

Os incentivos fiscais ou despesas fiscais são benefícios concedidos por meio de tratamento fiscal preferencial que reduzem a receita do governo proveniente do contribuinte beneficiário. Os dados mais recentes do GTED revelam que a receita perdida resultante das despesas fiscais é, em média, 3,8% do PIB e 23% da receita tributária global. Isso corresponde a **US\$ 3,8 trilhões** por ano, uma vez que o PIB global foi de US\$ 101 trilhões em 2022, de acordo com o Banco Mundial.

Os gastos fiscais reduzem a arrecadação de receitas fiscais e, portanto, podem ter um impacto significativo nos cofres públicos. Há poucas evidências consistentes de que os gastos tributários contribuam efetivamente para estimular o crescimento inclusivo. Um exemplo flagrante são os subsídios aos combustíveis fósseis. De acordo com o IISD, o apoio governamental aos combustíveis fósseis atingiu pelo menos **US\$ 1,5 trilhão** em 2023. Os combustíveis fósseis são os maiores contribuintes para a crise climática.

Muitos países isentam setores da economia que são prejudiciais à saúde das pessoas e violam o direito à alimentação adequada, como pesticidas e alimentos ultraprocessados. Infelizmente, não há dados globais disponíveis, uma vez que não é do interesse do setor privado e de seus aliados tornar público e transparente quanto eles estão sendo financiados pelo Estado.

É urgente lutar por sistemas tributários progressivos para garantir o direito à alimentação adequada

Como vemos, os recursos existem, mas precisam ser mobilizados por meio de medidas tributárias nacionais e internacionais.

Em nível nacional, é urgente lutar por sistemas tributários progressivos e inclusivos, pois essa é uma condição necessária para garantir o direito à alimentação, financiando políticas de segurança alimentar e nutricional. Tributar fortemente produtos que prejudicam as pessoas e a biodiversidade também é uma estratégia adequada (por exemplo, produtos ultraprocessados, combustíveis fósseis, pesticidas). As organizações e movimentos da sociedade civil também devem se engajar com as autoridades públicas para incorporar uma abordagem de gênero e raça/etnia às políticas tributárias para combater as desigualdades de gênero e raça/etnia.

Em nível global, os mecanismos e regras existentes de governança tributária internacional não estão funcionando para a maioria. É por isso que acreditamos que as Nações Unidas são o espaço mais justo, inclusivo e participativo para discutir e aprovar medidas tributárias que afetam diretamente todos os Estados. Acreditamos que o espaço legítimo é o da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), atualmente em negociação.

A UNFCITC é vista como a maior mudança na história do sistema tributário global e é considerada uma oportunidade única para evitar a perda de trilhões de dólares devido ao abuso fiscal e aos gastos tributários.

Neste sentido, me permito deixar duas sugestões para o Consea:

- 1) Se posicionar publicamente apoiando a reforma tributária da renda proposta pelo governo. É insuficiente, mas é um primeiro passo em direção à justiça tributária e a mobilização de recursos públicas para financiar as políticas de segurança alimentar e nutricional.
- 2) Recomendar que o governo brasileiro atue na UNFCITC de forma a garantir uma cooperação internacional mais justa, inclusiva e participativa.

A fome como arma de guerra – o horror imposto por Israel, e o mundo, aos palestinos

Não podia terminar esta intervenção sem mencionar a fome como arma de guerra utilizada por Israel contra os palestinos com a cumplicidade do resto do mundo. Nunca na história do pós-guerra uma população foi levada à fome tão rapidamente e de forma tão completa como está sendo o caso dos palestinos que vivem em Gaza e no West Bank.

As palavras não conseguem capturar o horror da vida palestina durante a atual campanha de fome promovida por Israel.

A fome em Gaza é a **ferida narcísica da humanidade**.

Por essas pessoas, peço **um minuto de silêncio**.

C.2 - A fome no Brasil, histórico da participação social, o papel do Consea e perspectivas futuras, por Renato Maluf.

Renato Maluf, ex-presidente do Consea e professor e pesquisador da UFRRJ e Rede PENSSAN

Brasília, 12 de junho de 2025.

Boa tarde a todas as companheiras e todos os companheiros aqui presentes. Minha saudação ao Ministro Wellington Dias. Meus parabéns à nossa Presidenta Elisabetta Recine, recém-empossada para conduzir o CONSEA nesse período desafiador. Na pessoa da Secretária-Executiva Marília Leão, agradeço ao CONSEA pela oportunidade de presenciar esse momento tão especial e pela possibilidade de me dirigir a essa plenária. As cerimônias e plenárias nos momentos de posse das gestões do Consea são sempre um momento de alegria e celebração, como foi há dois anos quando da reinstalação do Conselho autoritariamente fechado em 2019. Celebração de conquistas e da continuidade de uma experiência reconhecida nacional e internacionalmente, acompanhada da afirmação de compromissos com as questões e desafios que compõem a pauta do Conselho com a significativa e diversa representação da sociedade civil.

Nesses dois anos e meio de governo, muitos resultados positivos já foram alcançados no enfrentamento da fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional, um feito a ser destacado em face da destruição ocorrida no período anterior e dos obstáculos representados pelo padrão de disputa política que infelizmente ainda persiste entre nós.

Gostaria, porém, de aproveitar o privilégio dessa oportunidade para apontar três questões que penso devem ocupar com destaque as agendas do Conselho e do próprio Governo, demandando atenção e, principalmente, engajamento do Presidente da República, ministras e ministros. A primeira diz respeito à inclusão da questão alimentar em todas as suas dimensões entre as referências estratégicas que permitem ir além da reconstrução do país para promovermos transformações na sociedade brasileira. É minha convicção que os programas voltados para os alimentos e a alimentação devem ir além dos seus objetivos imediatos de modo a incidir sobre os determinantes das profundas desigualdades e injustiças que marcam nossa sociedade.

A segunda questão se refere à transformação dos sistemas alimentares hoje prevalentes no Brasil, caminho por excelência na direção que antes aponte porque neles vamos encontrar muitos dos determinantes de nossas desigualdades sociais, assim como dos problemas ambientais, de saúde humana e climáticos. Todos entrelaçados. Promover o acesso à terra para as famílias que nelas querem produzir alimentos, garantir direitos territoriais para que os povos indígenas e comunidades tradicionais permaneçam nos campos e nas florestas, apoiar as atividades urbanas familiares de pequeno e médio porte relacionadas com alimentação, adotar medidas em relação à propaganda de alimentos e outros instrumentos que promovem a má alimentação como é o caso dos ultraprocessados e, sobretudo, colocar em prática uma política nacional de abastecimento alimentar que retire das mãos privadas o controle

quase absoluto que hoje têm sobre nosso acesso a alimentação que queremos seja adequada e saudável, com comida de verdade como defende esse Conselho.

Por último, quero elogiar atuação internacional do Presidente Lula vem tendo e penso poder afirmar que terá o apoio do CONSEA na defesa que tem feito do multilateralismo, mas que não se limite ao tratamento de interesses comerciais e lide com fome, pobreza, saúde humana, natureza e clima. É decisivo construir espaços e instrumentos de uma governança global da questão alimentar que seja um contrapeso ao poder das grandes corporações, que regule mercados hoje sob forte influência da especulação financeira, que promova participação social e direitos dos povos. Por fim, que seja um instrumento efetivo contra o uso da fome como arma, como é o vergonhoso genocídio em curso em Gaza que o Presidente tem corajosamente denunciado.

Muito obrigado.